



## ALUNOS DE DIREITO SÃO DOS QUE MAIS PEDEM CRÉDITO PARA PAGAR OS ESTUDOS

Os estudantes de Enfermagem e de Direito (na foto a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) são os que mais recorrem a empréstimos para pagar os cursos - 590 futuros enfermeiros e 507 potenciais advogados pediram, em média, 13.500 euros. Mas são os futuros dentistas e farmacêuticos quem pede créditos de valor mais elevado. Nos últimos três anos, 11.108 alunos receberam empréstimos com um valor médio de 11.500 euros, de acordo com o relatório da Comissão de Acompanhamento da Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua. E não foram apenas os das famílias mais necessitadas que recorreram ao programa usado sobretudo para pagar propinas.



# Crise trava subida das propinas

Universidades e colégios privados vão fazer pequenas actualizações nas mensalidades e procuram soluções

Catarina Madeira

catarina.madeira@economico.pt

A crise e as dificuldades das famílias para fazer face às despesas com a educação levou as universidades e os colégios privados a travarem a subida das propinas. É a reacção do ensino privado ao aumento das situações de emergência financeira, que levam muitos pais a atrasarem o pagamento das mensalidades.

“As instituições fizeram pequenos ajustamentos, mas houve parcelas que não sofreram qualquer alteração. Algumas universidades até baixaram a taxa dos exames da segunda época”, revela o presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), João Redondo, garantindo que no próximo ano lectivo não haverá aumentos semelhantes aos dos anos anteriores.

A Universidade Autónoma de

Lisboa (UAL) é uma das instituições que decidiu manter o valor das propinas para as licenciaturas. Fonte oficial da UAL confirma que a universidade procedeu apenas a um “ligeiro ajuste na inscrição para colmatar os descontos que estão a oferecer aos candidatos que efectuem a sua inscrição este mês de Julho”. A crise também levou a Universidade Católica Portuguesa a manter o seu preço para alguns cursos e a fazer “ajustamentos mínimos” noutros.

São cada vez mais os estudantes que pedem soluções especiais de pagamento às universidades, conta João Redondo (ver entrevista) e cada vez mais as instituições que estabelecem mecanismos de resposta a estas situações, isentando de multa os pagamentos atrasados ou permitindo um parcelamento maior e mais prolongado no tempo.

No ensino pré-escolar, básico



Albino Almeida, presidente da Confederação das Associações de Pais, defende que “este não é o ano para mexer na dedução das despesas com educação”.



“As maiores dificuldades verificam-se em cidades mais pequenas e zonas de província”, revela João Alvarenga, da Associação de Ensino Privado.

e secundário as dificuldades são semelhantes, garante Albino Almeida, presidente a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap). “Têm-nos chegado vários casos de pais que pedem o desdobraimento das mensalidades”, conta, acrescentado que estas situações são muitas vezes consequência do desemprego de um dos elementos do casal ou do aumento de famílias monoparentais. Perante estas dificuldades, Albino Almeida defende que “este não é o ano para mexer na dedução das despesas com educação” e espera a confirmação do Governo de que não haverá alterações nesta matéria.

Quando os pais deixam de pagar, a generalidade dos colégios não expulsa alunos. “Ninguém é posto na rua a meio do ano por dificuldades económicas”, garante o director do Colégio Valsassina. Apesar do impacto da crise nesta instituição ter sido

pouco significativo e o aumento de pré-inscrições deixar adivinhar um bom ano lectivo de 2010/11, João Valsassina garante que a actualização das mensalidades será “a mais baixa possível, inferior aos 3% no ano passado”. Mas até neste colégio de Lisboa - maioritariamente frequentado por alunos com uma situação financeira melhor - houve pais em “aperto” financeiro. O director conta que duas famílias deixaram de pagar: “uma porque o casal ficou desempregado ao mesmo tempo e outra porque a empresa do pai foi à falência”.

Nos colégios Mira Rio, Horizonte, Planalto, Fomento e dos Cedros (todos do mesmo grupo), alguns alunos já comunicaram que não vão frequentar as instituições no próximo ano lectivo, mas a administradora, Margarida Garcia dos Santos, garante que o número de casos “não se distingue do que é normal acontecer



João Paulo Dias

**ENTREVISTA JOÃO REDONDO** Presidente a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado

## “Situações de emergência financeira são mais frequentes”

**Universidades privadas procuram soluções para ajudar alunos a enfrentar despesas.**
**Catarina Madeira**

catarina.madeira@economico.pt

As universidades privadas estão empenhadas em encontrar soluções para o cada vez maior número de estudantes que não conseguem fazer face às despesas com os seus cursos. O cenário é descrito por João Redondo, presidente da Associação de Portuguesa do Ensino Superior Privado, para quem as soluções financeiras que os bancos oferecem não são alternativa por não serem atractivas.

**Os alunos do ensino superior privado têm revelado dificuldade para fazer face aos custos da universidade?**

Há um número crescente de estudantes que pedem soluções financeiras especiais às universidades para poderem pagar as mensalidades, seja pagamentos mais prolongados no tempo, isenção de multas por atraso ou pagamento posterior. Todos os anos há cerca de 3% a 4% de alunos que abandonam as universidades, no ano passado não foi diferente e não é possível saber que razão os leva a desistir. Certo é que as situações de emergência são mais frequentes do que em anos anteriores.

**Como é que as universidades privadas estão a lidar com estas situações?**

Há mecanismos que, de forma mais corrente, dão resposta às dificuldades económicas dos alunos. Começam a surgir nas universidades privadas soluções com enquadramento institucional que anteriormente não existiam.

**A saúde financeira do sector está a ressentir-se devido a estas situações?**

Depois do colapso de algumas instituições, que nem sequer esteve relacionado com esta questão, houve uma consolidação da maior parte dos estabelecimentos. É um sector que vive com algumas contingências, o que le-

vou algumas universidades a procurarem soluções em conjunto com outras. É interessante verificar que um aluno do privado paga em média três mil euros por um curso, enquanto o público cada aluno custa mais de nove mil euros. Ainda assim, as privadas conseguem sobreviver.

**O acentuar das dificuldades das famílias tem levado os alunos a procurar com mais frequência as soluções de financiamento que os bancos oferecem para o ensino superior?**

Essa procura não aumentou. O que constatamos é que os produtos oferecidos pela banca nesta área são muito caros e não são ajustados às necessidades dos estudantes. As prestações são muito elevadas e o pagamento é muito prolongado no tempo. Em comparação com outros países da Europa, onde o Estado é avulista dos estudantes, as condições oferecidas pelos bancos portugueses não são nada atractivas. Em Portugal não há o hábito de recorrer a créditos para estudar, como não há o hábito de trabalhar para pagar os estudos.

**Que outras soluções podem ser encontradas entre as universidades e os alunos?**

Existem programas de estágio que permitem apoiar os estudantes que, ao mérito, juntam as dificuldades financeiras, mas a procura destas soluções tem sido muito reduzida. ■



“Há mecanismos que, de forma mais corrente, dão resposta às dificuldades económicas dos alunos”, diz o representante das universidades privadas, João Redondo.

# no ensino privado

**especiais para estudantes com dificuldades económicas.**

todos os anos”. Além disso, este ano as matrículas aumentaram, especialmente no pré-escolar. Apesar de o colégio não estar a sentir a crise de forma intensa, Margarida Garcia dos Santos reconhece que algumas famílias estão a passar por dificuldades que a administração procura ultrapassar através de planos de pagamento especiais, assegurando a manutenção dos alunos.

João Alvarenga, presidente da Associação de Ensino Privado (AEP), admite que o sector não é imune à crise, mas lembra que as instituições sentem os seus efeitos de forma diferente consoante o tipo de escola e a sua localização. Exemplo disso é a inauguração em breve de um novo colégio em Lisboa que, segundo o presidente da AEP, “está a ter grande procura”. Por outro lado, “as maiores dificuldades verificam-se em cidades mais pequenas e zonas de província”, acrescenta. ■

## Superior público não escapa à contenção

As propinas vão baixar dez euros, mas o que mais preocupa os alunos do ensino superior público é a atribuição das bolsas. As alterações na fórmula de cálculo dos apoios sociais pode significar a perda de bolsa para mais de 25 mil alunos, um terço dos actuais bolseiros. Mais: se o Governo não apresentar até ao final desta semana um regulamento especial para estas situações, os alunos que mantiverem as bolsas vão subir no escalão de rendimentos e receber um montante inferior ao que recebiam nos anos anteriores. A lei que estabelece a nova fórmula de cálculo entra em vigor a 1 de Agosto e dita que o bolo dos rendimentos do agregado família passa a estender-se aos parentes de terceiro grau e que o valor das bolsas passe a estar

indexado ao índice de apoio social (419,22 euros) e não ao salário mínimo (475 euros) como acontecia até aqui.

O prazo para a apresentação de candidaturas à atribuição de bolsas terminou no mês de Junho, com pedidos de 10.740 estudantes. Actualmente, são mais de 75 mil os estudantes universitários que recebem bolsas, cujo montante mínimo são 99,69 euros mensais. **C.M.**

## 25 mil alunos

A nova fórmula de cálculo para a atribuição de bolsas no ensino superior público pode deixar de fora mais de 25 mil estudantes. Os alunos esperam que o Governo apresente um regulamento que reverta a situação